

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : ANTONIO CARLOS RODRIGUES BARBOSA**  
**ADVOGADOS : LEANDRO PONTES AZEVEDO (ASSISTÊNCIA**  
**JUDICIÁRIA) - DF042127**  
**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB**  
**AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADOR : ALEXANDRE PAULINO TAVARES E OUTRO(S) -**  
**DF051977**

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. INDICAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA ATUAR COMO PERITO. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária quanto à inversão do ônus da prova, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Precedentes.
2. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina  
Relator